

## SOCIOEDUCAÇÃO E A PRÁTICA PEDAGÓGICA RESTAURATIVA

*Ana Cristina Fabianovicz*

### **Resumo**

O presente artigo tem como objetivo tratar a maneira pela qual a socioeducação pode ser transformada, através da utilização da prática pedagógica restaurativa. Para isso, utilizamos como método a análise textual discursiva dos diversos autores que tratam do tema. O artigo se propõe a discutir a prática pedagógica restaurativa como sendo, o conjunto de atitudes e procedimentos utilizados pelos envolvidos no processo de criação do trabalho educativo, que tem como finalidade “renovar” a convivência, fortalecendo os recursos internos de cada um dos indivíduos na construção e realização dos seus objetivos (projeto de vida). Tratamos da ação socioeducativa em Costa (2004); em Constanzo e Arenas (2004) estudamos a existência de uma contracultura; em Marpeau (2002) o processo educativo entendido como um processo de autorização para que a pessoa possa situar-se como autora na origem de seus atos. A interação entre alunos diferentes e a probabilidade de aferição dos conflitos no âmbito da experiência vivida é inerente a toda forma de vida em sociedade, sendo assim, Zher (2008) considera a restituição como um reconhecimento do erro e uma declaração de responsabilidade.

**Palavras-chave:** Socioeducação. Convivência. Prática pedagógica restaurativa.

### **Introdução**

Neste artigo estudamos a maneira pela qual a socioeducação pode ser transformada, através da utilização da prática pedagógica restaurativa. Consideramos como prática pedagógica restaurativa o conjunto de atitudes e procedimentos utilizados pelos envolvidos no processo de criação do trabalho educativo que tem como finalidade “renovar” a convivência, fortalecendo os recursos internos de cada um dos indivíduos na construção e realização dos seus objetivos (projeto de vida).

As condições organizativas do trabalho docente presentes nas relações entre professores e alunos, as formas de comunicação, os aspectos afetivos e emocionais, as dinâmicas das manifestações na sala de aula fazem parte da convivência escolar, de modo que, as relações de troca entre pessoas, envolvem representações repletas de valores e significados que atingem a subjetividade dos indivíduos.

Na primeira parte do trabalho, tratamos da ação socioeducativa entendida em Costa (2004) como sendo a ação que permeia o processo pedagógico na escola. Em Constanzo e Arenas (2004) estudamos a respeito da existência de uma contracultura, tratando de certas formas de pensar, sentir e atuar, que são próprias de certas pessoas localizadas em uma determinada classe social em um momento histórico determinado. Para Zaluar (1994) haveria em cada uma das classes sociais um modelo a ser seguido, no caso de jovens em dificuldades estes estariam a margem da sociedade considerada como padrão de normalidade.

Na segunda parte exploramos o conceito de prática pedagógica restaurativa como sendo o eixo de renovação das relações de convivência no âmbito socioeducativo onde coexistem jovens em dificuldades. Em Marpeau (2002) o processo educativo é entendido como um processo de autorização para que a pessoa possa situar-se como autora na origem de seus atos. Constitui-se, segundo o autor, um permissivo para o desenvolvimento das capacidades estruturais que são necessárias tanto para a sua existência atual como para aquelas que serão indispensáveis a sua vida futura.

Na terceira parte, estudamos as perspectivas de atuação da prática pedagógica restaurativa no trabalho socioeducativo. A interação entre alunos diferentes e a probabilidade de aferição dos conflitos no âmbito da experiência vivida é inerente a toda forma de vida em sociedade, sendo assim, Zher (2008) considera a restituição como um reconhecimento do erro e uma declaração de responsabilidade.

Uma concepção ideológica da vida cotidiana impede de ver e compreender as contradições e permitem a aceitação de uma única forma possível de viver, principalmente, para as pessoas que fazem parte de condições de discriminação, como por exemplo, pessoas pobres e jovens em situação de risco, os processos ideológicos influenciam na cultura que os conformam. Assim, a naturalização de certas ideias, valores e atitudes, e muitas vezes a aceitação do inaceitável, como as injustiças sociais, pobreza, discriminação, entre outros, seriam percebidas como parte natural da vida cotidiana.

## **A ação socioeducativa**

As ações educativas exercem uma influência edificante sobre a vida do adolescente de modo que, a proposta apresentada por Costa (2004, p. 71) é a de que, assim como existe a

educação geral e educação profissional, deve existir socioeducação no Brasil, cuja missão é preparar os jovens para o convívio social sem quebrar aquelas regras de convivência consideradas como crime ou contravenção. E, portanto, para esse autor a socioeducação como práxis pedagógica propõe objetivos e critérios metodológicos próprios de um trabalho social reflexivo, crítico e construtivo, mediante processos educativos orientados a transformação das circunstâncias que limitam a integração social, a uma condição diferenciada de relações interpessoais, e, por extensão, à aspiração por uma maior qualidade de convívio social.

Nesse sentido, a socioeducação pode ser entendida como o conjunto de transformações de condutas e de valores sociais que reconhecem o adolescente como protagonista de sua própria história, procurando canalizar construtivamente suas energias como agente de mudança pessoal e social.

Constanzo e Arenas (2004, p.118) referem-se à relação entre ordem social e estrutura psicológica. Aludem a uma psicologia de classe, tratando de certas formas de pensar, sentir e atuar, que são próprias de certas pessoas localizadas em uma determinada classe social em um momento histórico determinado. Em categorias, ditas dominadas, aprecia-se o fatalismo, imediatismo e a desesperança e o fenômeno da alienação. Na alienação as pessoas assumiriam como próprios os valores e interesses sociais característicos da classe dominante. Esta afirmação poderia ser uma referência para entender as expectativas de consumo que se percebe em jovens em dificuldades com a lei, o que justificaria, por exemplo, o roubo como forma válida para acessar o que a “sociedade vitrine” oferece.

Para compreendermos melhor esse mecanismo Zaluar (1994, p.9) explica como jovens da periferia comportam-se diante do mundo do trabalho:

Para afugentá-los do trabalho, esses jovens não contam apenas com as dificuldades de conseguir emprego. Forma-se entre eles, a partir de suas próprias experiências e da observação da vida de seus pais, uma visão negativa do trabalho, termo que equiparam a escravidão. Escravidão é trabalhar de “segunda a segunda” por irrisórios salários durante quase todo o tempo em que se está desperto. Escravidão é também submeter-se a um padrão autoritário que humilha o trabalhador com ordens ríspidas, que não o ouve nunca, que o vigia sempre. Sem serem formados por escola ou religião que lhes passe uma ética rígida de trabalho, esses jovens cedo aprendem os valores do machismo, o que exacerba ainda mais o caráter humilhante da submissão, negação da marca de um homem.

Os heróis desses jovens são outros: os eternos valentes da nossa cultura popular, aqueles que “se dão bem” por conta de extrair vantagem através da “malandragem”,

atualmente conhecidos por cometerem delitos de estelionato, furto, roubo, ou crimes mais graves previstos no Código Penal.

Dessa forma, além do prestígio do local, há o prestígio entre os bandidos no mundo dos tóxicos, porque é de tóxicos que se trata, significa poder controlar bocas e subir na hierarquia que vai do “avião” ao “vapor” e por fim ao traficante, tendo assim acesso a parcelas crescentes na divisão dos lucros:

Sendo ainda trabalhador ou já bandido, pois a passagem é de trabalhador para bandido e dificilmente há volta o jovem vê diante de si esta alternativa: o trabalho duro, desinteressante e muito mal pago ou a vida perigosa, aventureira e curta de bandido. Os mais destemidos e, às vezes, os mais talentosos que viram frustradas as suas possibilidades de sair daquela vida opressiva de pobres, são os candidatos mais certos a última opção, que lhes trará fama, poder dinheiro fácil e morte quase certa. O bandido, eu aprendo, é aquele que “arma a sua própria morte”, o malandro é aquele que sobrevive. E o otário é o que trabalha muito para ganhar pouco. Nessa luta entre possibilidades, alguns jovens preferem o poder e a fama, embora curtos, e o dinheiro, embora marcado. E muitos deles morrem. Porém, os que sobrevivem reclamam cada vez mais do seu viver, principalmente os “otários”. Assim o ciclo continua aumentando a hoste dos bandidos (Zaluar, 1994, p.10).

Por outro lado, é possível verificar que muitos não fazem opções conscientes, pois, nascem em núcleos familiares comprometidos com o mundo do crime.

Constanzo e Arenas (2004, p.118) definem a cultura ideal como normas, valores, atitudes e percepções necessárias para a manutenção de uma ordem social determinada, implicando na aceitação e legitimação desta. Constituiria um núcleo referencial e imaginário potencializado pela cultura dominante, em relação a qual se posicionam subculturas e contraculturas.

A contracultura surge como uma reação negativa ao sistema cultural, gerando uma relação antagônica e conflituosa, porém, com maior coesão e identificação interna. Neste contexto a delinquência pode ser compreendida como uma contracultura, caracterizada pela existência de códigos éticos, linguagem e estratificações típicas que fornecem coesão e outorgam identidade àqueles que fazem parte dela.

É preciso inculcar-lhe o aprendizado de uma nova concepção moralizante em condições de apontarmos que a pobreza não decorre das carências individuais dos pobres, mas do modelo corrosivo de políticas oficiais de auxílio a miséria que tornou os pauperizados em dependentes crônicos da ajuda assistencial do Estado.

Desse modo, entende-se que a maioria das pessoas, permanece sensível a códigos de conduta convencionais e tem de lidar com sua sensibilidade para se envolver num ato desviante pela primeira vez. Pensar em como condutas desviantes interagem entre a pessoa que comete um ato e aquelas que reagem a ele, revelam o conceito de marginalização como um empreendimento que participa da cultura da criminalização como produção social da indiferença.

O Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA) através do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE), dispõe sobre os parâmetros da gestão pedagógica no atendimento socioeducativo que estão organizados por eixos estratégicos, dentre estes está o eixo da Educação.

De acordo com a normativa, o eixo Educação deve consolidar parcerias com Órgãos executivos do Sistema de Ensino visando o cumprimento do disposto no capítulo IV do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e, sobretudo, a garantia de regresso, sucesso e permanência dos adolescentes na rede formal de ensino. Para isso, as entidades/programas que executam a internação provisória e as medidas socioeducativas, deverão garantir o acesso a todos os níveis de educação formal aos adolescentes inseridos no atendimento socioeducativo de acordo com a sua necessidade.

Ao garantir a Educação formal, é assegurado o eixo profissionalização-trabalho ao oferecer ao adolescente formação profissional no âmbito da educação, cursos e programas de formação inicial e continuada e, também, de educação profissional técnica de nível médio com certificação reconhecida que favoreçam a sua inserção no mercado de trabalho mediante desenvolvimento de competências, habilidades e atitudes, sendo que a escolha do curso deverá respeitar os interesses e anseios dos adolescentes e ser pertinente às demandas do mercado de trabalho.

Dessa forma, o SINASE articula-se a Lei 9394/96, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), que dispõe em seu artigo 1º a respeito da abrangência da educação nos processos formativos que se desenvolvem seja na vida familiar, convivência humana, trabalho, instituições de ensino e pesquisa, movimentos sociais e culturais, e organizações da sociedade civil, sendo que, conforme o parágrafo 2º deste artigo, a educação escolar deverá vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social. Nesse sentido, segundo Carneiro (2012, p. 42):

A educação escolar é a grande porta para a mobilização plena do sujeito. Ao assegurar a entrada desse sujeito na vida intelectual, com um processo sistematizado de aprendizagem, ela abre os caminhos de todos e de cada um para uma relação criativa com o saber produzido pelo ser humano trabalhador. Ora se é verdade que o sujeito aprendente apropria-se de uma parte do patrimônio cultural humano, é também verdade que a conexão entre sujeito e saber – entre educação escolar e vida – se dá pelo trabalho. Por isso, pode-se dizer, em um certo sentido, que o primeiro princípio do saber é o trabalho, fonte de prática social.

A partir desse princípio verifica-se que os fins da educação são alinhamentos para orientar a organização e o funcionamento dos sistemas educativos, tendo em vista o cidadão que a escola pretende formar.

A conduta delitativa apresentada por alguns jovens que vivem em condições de pobreza pertence ao universo dos temas que exige avanço no campo político e conseqüentemente ressignificações no trabalho socioeducativo. Adolescentes em dificuldades são não participantes de espaços públicos de discussão, seja porque, sonogados e negados por necessidade do modo capitalista de produzir e reproduzir o capital em detrimento da vida concreta dos sujeitos, ou em virtude de motivos econômicos de manutenção de classes.

### **A prática pedagógica restaurativa**

Em uma abordagem sistêmica, podemos denominar a lógica da restauração como mudança. Segundo Machado (1959, p. 1023) restaurar, tal como restauração, vem do latim *restaurare*, “arrumar, reparar, consertar”, de RE-, “de novo”, mais *staurare*, “estabelecer, colocar no lugar”. De acordo com Ernout e Meillet (1951, p. 803) *instauro*, renovar, recomeçar, reparar, restaurar. Pode ser um antigo termo usado em rituais. Instauro forma usada antigamente com o sentido de restaurar, recomeçar. Na época imperial era utilizado com o prefixo-ins, depois de introduzido o prefixo –res, assim, restauro. Instauro passou a significar “oferecer pela primeira vez”. Os antigos aproximavam o sentido de instaurar a “dar em compensação, o equivalente” e em seguida na língua comum “renovar, refazer”.

Nesse sentido, prática pedagógica restaurativa diz respeito ao conjunto de atitudes e procedimentos utilizados pelos envolvidos no processo de criação do trabalho educativo, com a finalidade de “renovar” a convivência, fortalecendo os recursos internos de cada um dos indivíduos na construção e realização dos seus objetivos (projeto de vida).

A utilização da prática pedagógica restaurativa na gestão da convivência escolar e na organização do trabalho socioeducativo como forma de transformação, deve orientar-se pelo respeito a diversidade como fator fundamental a um processo educacional de valor humano, a um processo de pedagogia que possa servir a inserção da pessoa em determinado grupo, ou mesmo ao reconhecimento de atos que afetaram as normas de convivência. Em tal sociedade, o objetivo principal da educação está no desenvolvimento de uma compreensão de como alcançar objetivos legítimos dentro de relações de mediação em comunidades complexas. Esta é uma visão de uma sociedade de restauração, na qual a escola pode ter um papel essencial para concretizar este objetivo.

De acordo com Marpeau (2002, p.15) o processo educativo revela-se um processo de autorização por permitir a uma pessoa situar-se como autora na origem de seus atos. Educar, segundo Marpeau (2012, p.26) é permitir ao ser humano elaborar as capacidades estruturais que são necessárias tanto para a sua existência atual como para aquelas que serão indispensáveis a sua vida futura. Portanto, o processo educativo reside no trabalho do sujeito em sua relação consigo mesmo, com o desconhecido, com os outros e com a realidade de seu ambiente.

Nesse sentido, conflitos podem se estabelecer no contexto da convivência, para isso, o sujeito deve estar preparado para, no dizer de Marpeau (2002, p. 48), realizar uma mudança significativa na elaboração complexa do sujeito; há ruptura de referência a uma lógica inicial implícita, consciência dessa ruptura, análise dos processos que permitiram a mudança de referenciais em uma situação precisa, e, então análise de um processo que opera em múltiplas situações diferentes. Essa tomada de consciência permite a transferência para situações diferentes e a diversificação dos modos de abordagem e tratamento de soluções.

A valorização das crianças e dos adolescentes em dificuldades como atores educativos, expressa também, a necessidade de afirmar um projeto educativo que esteja de acordo com um presente e um futuro que obrigam os indivíduos a aprender a viver e a enfrentar quer as exigências de uma sociedade democrática, quer as exigências de uma sociedade tecnologicamente e culturalmente mais desafiante.

A utilização das práticas restaurativas na elaboração do trabalho socioeducativo deve ser um processo contínuo e participativo. Quanto maior a participação de todos, maior o conhecimento adquirido e, com isso, é maior a possibilidade de mudanças. Nessa situação, o

educador aprende a utilizar vários conhecimentos na organização de uma ação na comunidade; a tomar iniciativas e, sobretudo, a comprometer-se consigo mesmo e com a realidade à sua volta.

Para Marpeau (2013, p.12) o trabalho educativo é um misto do trabalho de criação das condições de uma existência possível e desejável no presente e no futuro, ao mesmo tempo que uma experimentação da transformação da violência destrutiva em energia criativa. A criação, portanto, não está à margem do processo educativo, ela nasce da capacidade de um sujeito e ou de um grupo de sujeitos de produzir o imprevisível das condições de existência, no constante reajuste das interações afetivas e sociais tornando possível o viver junto.

O fenômeno da delinquência em jovens que vivem em situações de vida desvantajosas, é marcado por um processo de inadaptação de longo alcance. Um processo que afeta a construção de sua identidade sobre uma base de estar sempre “a margem de”, isto é, representações localizadas culturalmente em um espaço social com características particulares; podemos dizer que, a delinquência é construída no meio no qual vivem os indivíduos.

Dubet (2002, p. 9) entende que a socialização é um processo contínuo e toda atividade social, todo trabalho, daquele que participa da socialização dos indivíduos em sociedade, sua formação e transformação, deve resgatar a maneira de agir de cada um, sua identidade e, aquilo que se considera como o eu mais profundo. Desobediência contínua, abuso verbal e agressão física são inaceitáveis, mas às vezes eles também são características de protesto. A forma como as escolas respondem a estes incidentes é uma importante oportunidade para os jovens aprenderem a responder de forma adequada e eficaz para o conflito. O respeito a diversidade é fator fundamental a um processo educacional de valor humano, a um processo de pedagogia que possa servir a inserção da pessoa em determinado grupo, ou mesmo ao reconhecimento de atos que afetaram as normas de convivência, como quando da prática de ato infracional pelo adolescente.

### **Perspectivas no trabalho socioeducativo**

A utilização da prática pedagógica restaurativa como instrumento eficaz na transformação do trabalho socioeducativo implica no pensar na complexidade das condições



de vida e de aprendizagem, e nas respostas as situações de conflito que envolve toda a comunidade escolar. A ideia de restauração oferece um sistema de valores inerentemente positivo e relativamente coerente. Traduz uma visão do bem e de como as pessoas querem conviver. A pedagogia da restauração enfatiza a importância dos relacionamentos e do diálogo, incitando a considerar o impacto do comportamento dos indivíduos envolvidos, e as obrigações geradas pelas ações de cada um.

Para Brasil (2014, p. 23) a disciplina restaurativa não nega as consequências do mau comportamento; ao contrário, ela busca levar ao jovem a compreensão do dano causado por suas ações e, como combina alto controle e apoio, ela leva o jovem a reflexão. Por isso, práticas restaurativas fundadas no diálogo desenvolvem no jovem o pensamento crítico, as habilidades para solucionar problemas, a assertividade, a empatia pelos outros e a solução de problemas através de processos de cooperação, ao contrário dos métodos punitivos que pouco fazem para reduzir a reincidência ou os comportamentos negativos na escola.

Thorsborne e Cameron (2001, p. 183) consideram que planos de gestão de comportamento da escola têm se concentrado em grande parte, no que deve acontecer para infratores quando as regras (escolares) estão quebrados, com apenas limitada compreensão do impacto sobre aqueles na comunidade escolar do comportamento ofensivo. A prática restaurativa no ambiente escolar, vê a falta, não como regra-escola-quebra, e, portanto, uma violação da instituição, mas como uma violação contra pessoas e relacionamentos na escola e mais ampla, na comunidade escolar. De acordo com Varnham (2005, p. 89) o diálogo como mediação pelos pares pode ser considerado como a oferta de uma abordagem positiva a problemas de conflito entre alunos nas escolas. A lógica por trás da mediação entre pares é a de capacitar os alunos para trabalhar as diferenças de forma construtiva e de trabalhar em prol de soluções por conta própria e não através dos mecanismos disciplinares da escola.

Nesse sentido, Marpeau (20123, p.16) entende que o trabalho educativo não trata apenas do registro educativo, da aprendizagem pontual, da aquisição de conhecimentos, de códigos, de normas ou regras sociais – apesar de tudo isso ser necessário – mas, de maneira fundamental à capacidade de ligação entre as diferentes relações. A relação com si mesmo (estima de si e confiança em si), a relação com os outros (capacidade de atenção com os outros, de respeito, de solidariedade e de cooperação), a relação com a regra (capacidade de pensar a regra como garantia de direitos para todos), a relação com o saber (a curiosidade) também, a relação como o erro e com o desconhecido, a realidade e com o mundo. Todas

essas capacidades são colocadas no trabalho, na maior parte das situações onde haja uma relação educativa.

Dubet (2002, p. 104) descreve que o conjunto de elementos que compõem a convivência escolar visam a três objetivos: uma socialização para a interiorização de uma disciplina escolar, uma aprendizagem de conhecimentos e saberes e uma subjetivação das crianças que deve se desenvolver na escola. Significa dizer que, os atores envolvidos no ambiente escolar devem estar atrelados a esses elementos e o trabalho de integração é essencial na construção da atividade profissional de educar e aprender. No caso de práticas restaurativas, Blood (2005, p. 3) descreve que devem se concentrar na qualidade das relações entre todos os membros da comunidade escolar. Reparar danos implica em aprender com a experiência que levou ao conflito e examinar atitudes, crenças e comportamentos que contribuíram para isso. Este desafio de mentalidades é onde começa a verdadeira mudança de cultura.

Para Zher (2008, p. 265) a reparação representa a recuperação de perdas, mas sua verdadeira importância é simbólica. A restituição significa um reconhecimento do erro e uma declaração de responsabilidade. A correção do mal é, através da restauração, em si uma forma de expiação que poderá promover a cura mais eficazmente do que a mera retribuição.

No entendimento de Timmerman (2015, p. 15), superar crises, transformando em "oportunidade", procurar continuamente maneiras de resolver conflitos, pode se tornar uma prática básica, estabelecendo este tipo de treinamento nos programas escolares; materializando o aprender de competências sociais e cívicas na escola podendo ancorar no sistema escolar a longo prazo.

Portanto, na medida em que a juventude sempre procurou ocupar espaços de diversas formas, reivindicando para si a participação como um direito, articular práticas pedagógicas restaurativas ao trabalho socioeducativo através da implantação de uma política pública que melhore a convivência em ambiente escolar, é estratégia para ampliar o alcance do conhecimento das origens dos problemas, bem como, das alternativas para solucioná-los.

### **Considerações finais**

A convivência escolar revela que a mudança na prática docente pede a articulação do trabalho pedagógico com outras formas de luta, outros enfoques no sentido da transformação

social pois, uma das maiores tarefas colocadas atualmente para a sociedade no seu conjunto é conseguir articular uma efetiva visão de futuro positiva para a juventude.

A utilização de práticas pedagógicas restaurativas na socioeducação possibilita a construção de relações profundas entre todos os membros que precisam coexistir de uma forma saudável para que os resultados de aprendizagem sejam cumpridos. Isso requer uma série de processos proativos e reativos que fortaleçam relacionamentos, que transformem a abordagem relacional para resolução de problemas.

A utilização do diálogo, na forma de educação entre pares propõe o compartilhar da existência sob o paradigma da restauração, descreve a maneira pela qual o aluno pode tornar-se ser humano auto determinado, agente de sua própria história, capaz de solidariamente construir o seu destino. A necessidade de “diálogo” presente nas relações humanas nos remete a um dos fundamentos da prática restaurativa. O diálogo é elemento fundamental tanto no convívio pedagógico como na mediação dos conflitos de disciplina e a prática restaurativa oferece uma abordagem para a solução de problemas de convivência envolvendo violência.

Para manter o sistema humanizado o paradigma da restauração enfatiza a dignidade e o respeito, lembrando os indivíduos de sua biografia pessoal, de como isso influencia o seu conhecimento e o faz apreciar com profundidade a realidade do outro.

Estudar a convivência escolar sob o ponto de vista da restauração das relações através do diálogo entre pares, significa pensar na complexidade das condições de vida e de aprendizagem, e nas respostas as situações de conflito que envolve todo o sistema. A ideia de restauração oferece um sistema de valores inerentemente positivo e relativamente coerente. Traduz uma visão do bem e de como as pessoas querem conviver. De acordo com Zher (2008, p.149), os princípios de ação restaurativa enfatizam a importância dos relacionamentos e do diálogo, incitando a considerar o impacto do comportamento dos indivíduos envolvidos, e as obrigações geradas pelas ações de cada um.

Seguindo os objetivos propostos por Dubet (2002, p. 104) a efetivação do diálogo restaurativo como prática pedagógica transformadora é um instrumento eficaz no compartilhar de significados que permeiam as relações interpessoais. A utilização de meios de socialização para a interiorização da disciplina escolar, a aprendizagem de conhecimentos e saberes e o desenvolvimento da subjetivação das crianças fazem parte da construção de rituais

de convivência e do compromisso com a elaboração de respostas aos conflitos e melhoria da qualidade da participação dos elementos que compõem a comunidade educativa.

Christie (2003, p.15) entende que, em uma sociedade em que o importante é possuir muito, as pessoas facilmente tornam-se indisciplinadas. Para controlá-las, sanções penais restritas são impostas ao mundo industrializado. Recorre-se a medidas para dirigir os pobres: a escravidão, a obrigação do trabalho, o subemprego. De modo que, todos os elementos se encaixam: de um lado os inutilizáveis; de outro o Estado providência que luta para manter o poder.

## Referências

BLOOD, P.; THORSBORNE, M. The Challenge of Culture Change: Embedding Restorative Practice in Schools. *Sixth International Conference on Conferencing, Circles and other Restorative Practices: "Building a Global Alliance for Restorative Practices and Family Empowerment"*. Sydney, Australia, March 3-5, 2005.

BRASIL. *Diálogos e mediação de conflitos nas escolas: guia prático para educadores*. Brasília: Conselho Nacional do Ministério Público, 2014.

BRASIL, *Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente*. Lei Federal 8.242, de 12/10/91. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2010.

BRASIL, *Estatuto da Criança e do Adolescente*. Lei Federal 8.069, de 13/07/90. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2010.

BRASIL, *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Lei Federal 9.394, de 20/12/96. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2010.

BRASIL. *Sistema Nacional de Atendimento socioeducativo*. Lei Federal 12.594 de 18/01/2012. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2016.

CARNEIRO, M. *LDB fácil*. Rio de Janeiro: Vozes, 2012.

CHRISTIE, N. *L'industrie de la punition, prison et politique pénale em Occident*. Paris: Autrement Frontières, 2003.

CONSTANZO, A. Z.; ARENAS, R. P. L. Construcción de identidad em jóvenes infractores de ley, una mirada desde la psicología cultural. *Revista de Psicología de la Universidad de Chile*, 2004.

COSTA, A. C. *Aventura pedagógica: caminhos e descaminhos de uma ação educativa*. Belo Horizonte: Modus Faciendi, 2004.

DUBET, F. *Le déclin de l'institution*. Paris: Editions du Seuil, 2002.

ERNOUT, A.; MEILLET, A. *Dictionnaire etymologique de la langue latine – histoire des mots*. 3<sup>ème</sup> ed., tome I. Librairie Klincksieck: Paris, 1951.

MACHADO, J. P. *Dicionário etimológico da língua portuguesa* 1ª rd. Vol.II, Editorial Confluência: Lisboa, 1959.

MARPEAU, J. Le processus éducatif. In *Adolescents difficiles: penser et construire des partenariats*. Paris: Éres, p. 23-33, 2012.

MARPEAU, J. *O processo educativo*. Porto Alegre: Artmed, 2002.

MARPEAU, J. *Le processus de création dans le travail éducatif*. Paris: Éres, 2013.

TIMMERMANS, J. Le médiateur en milieu scolaire: un nouveau role ou un nouveau métier? *Médiation en milieu scolaire en Belgique francophone*. Disponível em: <[http://lesouffle.be/?page\\_id=47](http://lesouffle.be/?page_id=47)> Acesso em 27 jun. 2015.

THORNBORNE, M.; CAMERON, L. Restorative justice and school discipline: Mutually exclusive? *Restorative justice and civil society*. Cambridge: Cambridge University Press, 2001, p. 180-194.

VARNHAM, S. Seeing things differently: restorative justice and school discipline. *Education and the Law*, New Zealand, v. 17, n. 3, p. 87-104, September, 2005.

ZALUAR, A. *Condomínio do diabo*. Rio de Janeiro: Revan, 1994.

ZEHR, H. *Trocando as lentes: um novo foco sobre o crime e a justiça*. São Paulo: Palas Athena, 2008.